

Recebido:	24/04/2022
Publicado:	28/02/2023

SER CRIANÇA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Lucia Cecilia da Silvaⁱ  0000-0002-6381-2124

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Alexsandra Oliveiraⁱⁱ  0000-0002-4277-8043

Universidade Estadual de Maringá - UEM

RESUMO: O artigo tem por objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa que buscou compreender a vivência de crianças em processo de acolhimento institucional sob a ótica fenomenológica. Participaram da pesquisa quatro crianças de sete a dez anos, acolhidas em três instituições da região noroeste do Estado do Paraná. A coleta de dados se deu por meio da observação e do contato com as crianças em suas atividades rotineiras, e, sobretudo, da escuta de suas falas nas atividades e interações com as pessoas de sua convivência nas instituições. Também se utilizou de informações contidas em

seus prontuários para esclarecimentos sobre suas histórias de vida. A análise dos dados revelou três unidades de significado: 1) Motivos do acolhimento; 2) A família, e 3) O lar e a casa lar. Verificou-se que as crianças vivenciam a casa lar como punitiva, distanciando-se de seu papel protetivo e reduzindo o espaço a uma simples fonte supridora de necessidades básicas. Por outro lado, as relações ali instituídas são consideradas positivas, embora não sejam percebidas com o caráter familiar de um lar como almeja o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Acolhimento institucional. Psicologia

BEING A CHILD IN A FOCUSING INSTITUTION

ABSTRACT: The article aims to present the results of a research that sought to understand the experience of children in the institutional care process from a phenomenological perspective. Four children from seven to ten years old participated in the research, sheltered in three institutions in the northwest region of the State of Paraná. Data collection took place through observation and contact with children in their routine activities, and, above all, by listening to their speeches in activities and interactions with the people they interact with in the institutions.

Information from their medical records was also used to clarify their life stories. Data analysis revealed three units of meaning: 1) Reasons for welcoming; 2) The family, and 3) The home and home. It was found that children experience the home as punitive, distancing themselves from their protective role and reducing the space to a simple source of basic needs. On the other hand, the relationships established there are considered positive, although they are not perceived with the family character of a home as the Statute of Children and Adolescents aims for.

KEYWORDS: Child. Institutional reception. Psychology

1 Introdução

As instituições de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam elas de natureza público-estatal ou não estatal, e devem se pautar pelos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

A integração de tais políticas visa à convivência familiar e comunitária como direito de toda criança e adolescente. Entende-se que eles devem ser criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, ou seja, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, em sua versão atualizada no ano de 2021, crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento, sendo, criança pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente, pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Os direitos ali mencionados aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Em relação ao encaminhamento para o serviço de acolhimento, este passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório, e como exposto no Art. 101 do ECA, só deverá ocorrer quando esgotadas todas as possibilidades de manter a criança ou o adolescente em suas famílias. Quando é necessário seu afastamento, a equipe multidisciplinar que compõe a Rede de Proteção composta muitas vezes pelo CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social, Conselhos Tutelares, solicita o acolhimento ao Ministério Público por meio de um estudo diagnóstico. Este avalia a necessidade e encaminha a solicitação ao Poder Judiciário, que tomará a decisão legal do acolhimento ou de propor outras medidas quando verificado tal possibilidade. Vale ressaltar que, em caso de extrema emergência, visando sempre

ao menor dano à criança ou adolescente, o Conselho Tutelar pode encaminhar para instituição de acolhimento e notificar as autoridades já mencionadas.

Enquanto atuantes nessa rede de proteção na área da psicologia, convivemos com crianças acolhidas em casas lares e na nossa atuação algumas indagações nos apareceram: como é viver na condição de criança acolhida? Que percepção tem a própria criança de sua condição? Como ela percebe a instituição e os adultos que cuidam dela? Como ela se percebe em relação à família da qual foi retirada? Como ela percebe sua situação de vulnerabilidade presumida? Tais questionamentos nos motivaram a realizar uma pesquisa de campo para compreender como é ser criança em uma instituição de acolhimento, como é seu viver no seu mundo.

Assim, desenvolvemos um estudo qualitativo sob o método fenomenológico, no qual participaram quatro crianças de sete a dez anos de idade, que se encontravam acolhidas em três instituições denominadas Casas Lares, acompanhadas pela Proteção Especial de Alta Complexidade, em três municípios localizados no noroeste do estado do Paraná.

O método fenomenológico, de acordo com Forghieri (2013) se apresenta à Psicologia como um recurso apropriado para pesquisar vivências e compreender como o homem significa a si e ao mundo. Utilizamos-lo nesta pesquisa a fim de conhecer e compreender a experiência de ser criança no contexto de acolhimento institucional. O inquiridor fenomenológico dirige-se para o fenômeno, buscando pela forma com que ele se mostra na própria experiência do sujeito, ou seja, ao estudar o fenômeno, a fenomenologia procura ir às coisas mesmas, desvelando-as.

Ressaltamos que o projeto foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, sob CAAE: 78895717.8.0000.0104.

1.1 Medidas protetivas e o acolhimento institucional em casas lares.

Com a promulgação do ECA, novas concepções sobre a infância e a adolescência foram sugeridas, compreendendo que crianças e adolescentes devem ter o direito de conviver e serem protegidos em suas famílias de origem, independentemente da situação financeira delas. A atenção à infância em situação de abandono, então, saiu gradativamente do âmbito da igreja e das casas de misericórdia, passando pelas mãos das instituições filantrópicas, até chegar a ser responsabilidade do Estado, da sociedade civil e da comunidade, isto é, os antigos orfanatos e casa abrigos foram gradativamente substituídos pelas chamadas casas lares, como preconiza o ECA; ao Estado agora compete proteger e assistir aqueles que necessitarem, rompendo assim, ou devendo romper, com a cultura anterior (FEITOSA, 2011).

O encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório, conforme o Art. 101 do ECA. Em situações nas quais os direitos estão ameaçados ou já foram violados, existem várias medidas que antecedem e procuram evitar a suspensão do poder familiar. Priorizam-se, assim, os vínculos familiares, recorrendo ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, família extensa/ampliada ou comunidade (BRASÍLIA, 2012).

Os fatores que levam crianças e adolescentes a serem acolhidos formam um conjunto bastante complexo, envolvendo desde maus tratos, abuso sexual, violência doméstica, entre outros. Quando eles se encontrarem em situação em que seus direitos reconhecidos por lei não estiverem sendo cumpridos, a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, sendo que tal intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada, visando também a responsabilidade parental e a prevalência de medidas que priorizem mantê-las na sua família natural, ou, se necessário, proporcionar a integração na família extensa ou, substituta (BRASÍLIA, 2022).

A casa lar, modalidade institucional em que as crianças que participaram deste estudo estavam acolhidas, faz parte do que é oferecido pelo Serviço da Proteção Especial de Alta Complexidade, objetivando a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes. O acolhimento ocorre em função de abandono ou caso as famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem, ampliada ou extensa, ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, oferecido em unidades residenciais, ou seja, o ambiente é organizado o mais próximo de uma residência comum, onde pelo menos uma pessoa trabalha como cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de no máximo 10 crianças e/ou adolescentes (BRASÍLIA, 2021).

A casa lar visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Nela é importante a figura do cuidador residente, alguém que está em permanente contato com os acolhidos. A instituição também necessita dispor de equipe técnica com, no mínimo, um profissional da psicologia e um do serviço social, para que promovam as intervenções necessárias para a tentativa de superação do que gerou o acolhimento, assim como propiciem um espaço protetivo e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de

proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, promovendo o desenvolvimento de potencialidades das crianças e dos adolescentes atendidos (Brasília, 2012).

A organização do trabalho da casa lar deve objetivar a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das crianças atendidas, por meio de visitas domiciliares, acompanhamento das visitas dos familiares à instituição, atendimento psicossocial individual e em grupo, passeios fora da instituição. Visto que o acolhimento deve ser o mais próximo da realidade da criança ou do adolescente, orienta-se que a residência institucional em sua estrutura física seja a mais parecida com uma casa comum e a rotina dela possa proporcionar seu dia a dia de forma mais familiar possível.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no ano de 2009, desenvolveu um Manual de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, objetivando maior efetivação no serviço ofertado. O Manual preconiza a necessidade da realização de um estudo diagnóstico, que tem por objetivo subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança do convívio familiar. Salvo em situações de caráter emergencial e/ou de urgência, esta medida deve ser aplicada por autoridade competente com base em uma recomendação técnica. Em caso emergencial, o Conselho Tutelar pode agir promovendo o acolhimento, como medida de proteção às vítimas de violência ou abuso sexual, para posteriormente comunicar o Ministério Público ou o Poder Judiciário de tal decisão. Em todos os casos, o estudo diagnóstico deve ser realizado sob supervisão e articulação da Rede de Proteção (BRASÍLIA, 2012).

Quando o acolhimento é necessário, além da manutenção dos vínculos familiares, é preciso trabalhar em prol de uma reintegração rápida, para que as crianças e os adolescentes sintam-se inseridos em um ambiente familiar, sendo empreendidos esforços para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração, seja na família de origem, extensa e/ou substituta.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo de escopo fenomenológico, onde utilizamos o método fenomenológico para conhecer e compreender a vivência de ser criança no contexto de acolhimento institucional. Fomos em direção ao fenômeno “ser criança acolhida em casa lar” buscando como ele se mostra na própria experiência da criança, procurando pelo seu desvelamento. Conforme esclarece Masini (1989, p. 63):

O método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto. Desvendar o fenômeno além da aparência. Exatamente porque os fenômenos não estão evidentes de imediato e com regularidade, faz-se necessária a Fenomenologia. O método fenomenológico não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da Hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental.

Sabemos, então, que a criança tem seu modo próprio de estar no mundo, que seu desenvolver não é um movimento em direção a uma realização, mas um despertar de mundo concomitante ao despertar de si enquanto expressão e interação. Tal despertar, implicado na apreensão da linguagem e nos modos de relação entre a criança e o mundo, fala de um despertar contínuo do humano ao longo de toda a sua existência e, portanto, fala de todos nós.

2.1 Participantes do estudo

Participaram da pesquisa quatro crianças, duas do sexo feminino e duas do sexo masculino com idades entre 7 e 10 anos, que se encontravam acolhidas em três instituições na modalidade casa lar, acompanhadas pela Proteção Especial de Alta Complexidade, em três municípios localizados no noroeste do Paraná. Como critério de inclusão no estudo, foi estipulado a idade, que deveria ser de seis a doze anos de idade, que estivessem em processo de acolhimentos por determinação judicial, ou seja, deveria já ter expressa a Guia de Acolhimento durante o período da coleta de dados, não importando o sexo, e que aceitassem por elas mesmas após a explicação da pesquisa, participarem dela. Vale ressaltar que em duas dessas instituições, uma das autoras exercia a função de psicóloga na época da pesquisa, relacionando-se, portanto, rotineiramente com as crianças.

Aqui, seus nomes, os das pessoas a elas relacionadas são fictícios, para a preservação do sigilo e privacidade dos participantes. A seguir, quadro com algumas informações sobre as crianças.

Tabela 1: Dados sobre os participantes e seus acolhimentos

Nome	Ana	Bruno	Carla	Fernando
Idade	10 anos	10 anos	7 anos	9 anos
Com quem residia antes do acolhimento	Mãe	Mãe e padrasto	Mãe, dois irmãos mais novos e avó materna.	Mãe
Solicitante do acolhimento	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar
Tempo de Acolhimento (meses)	12 meses	07 meses	24 meses	Estava em seu segundo acolhimento 20 meses
Motivo constante na Guia de Acolhimento	Abuso físico ou psicológico (por parte da mãe)	Abuso físico e psicológico (por parte do padrasto)	Abuso sexual ou suspeita de abuso sexual (por parte do companheiro da mãe)	Abuso físico e psicológico (por parte da mãe)
Outros motivos	Exposição à violência entre a mãe e seu companheiro.	Cuidado negligente (ficava em casa sozinho, sem alimentação)	Suposta mendicância, vivência de rua.	Mãe alcoolista e usuária de drogas. Cuidado negligente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Como recurso principal para a coleta de dados, foi utilizada a observação das crianças em suas atividades nas instituições, focalizando, a partir do objetivo central do estudo, suas interações, expressões e verbalizações. A observação foi do tipo participante, em que o

pesquisador também interage com o observado e, basicamente, consiste em que o pesquisador se insira no grupo observado e partilhe do seu cotidiano.

Os atendimentos psicológicos, como uma das atividades das crianças na instituição, também foram fontes para a coleta de dados, da mesma forma que os prontuários, que nos trouxeram suas histórias de vida e a história de seus acolhimentos. Com as crianças que não atendemos enquanto psicóloga da instituição, tivemos quatro encontros de forma individual, o acompanhamento da rotina institucional e a coleta de informações em seus prontuários e relatos da equipe técnica.

Durante a coleta de dados, principalmente nos atendimentos psicológicos, foi proposto à criança o desenho, ora da família, ora da casa lar, entre outros, conforme era o assunto. Para a fenomenologia, o desenho da criança é resultante de uma atividade mental e manual, é um objeto emergido do imaginário, do percebido e do real. Como jogo de encontro e combinação desses três elementos, o desenho torna-se objeto de investigação na exploração dos modos de pensar, perceber e de experienciar determinadas situações da criança (Ferreira, 1998 apud Aguiar, 2005). Atentávamos para o discurso da criança enquanto ela desenhava ou em qualquer outra atividade, como o brincar, o que nos possibilitou entrar no seu campo de conexões associativas, semânticas e afetivas.

O material analisado veio do montante das anotações feitas nos diários de campo a partir da observação, bem como das produções das crianças desenvolvidas nas atividades que aconteceram nas instituições. Esse material foi lido e categorizado, procurando-se evidenciar sentidos a partir do questionamento formulado para a pesquisa, qual seja: como é ser criança numa instituição de acolhimento?

A evidenciação dos sentidos foi expressa por meio de unidades – unidades de sentido, que se relacionam umas com as outras, indicando momentos distinguíveis na totalidade daquilo que foi obtido na coleta de dados. Garnica (1997) esclarece que as unidades de significado ou de sentido são recortes considerados significativos pelo pesquisador, que mantém em mente a indagação que motivou a pesquisa. “Para que as unidades significativas possam ser recortadas, o pesquisador lê os depoimentos [no caso desta pesquisa, as descrições obtidas nas observações, atendimentos e prontuários] à luz de sua interrogação, por meio da qual pretende ver o fenômeno, que é olhado de uma dentre as várias perspectivas possíveis” (p.117). Convém salientar que as unidades de significado não estão prontas nas descrições, elas só existem em relação à atitude, disposição e perspectiva do pesquisador. Nessas unidades, o pesquisador agrupa os variados aspectos daquilo que ele intui como aspectos ou perfis importantes do fenômeno a ser desvelado.

De modo sintético, a estrutura de análise se deu da seguinte forma: 1º) leituras atentas das notas de observação, dos atendimentos e do material produzido pelas crianças, 2º) busca de unidades de significado em que se revelem aspectos diferenciados do fenômeno, 3º) busca de convergências e divergências e 4º) elaboração de uma síntese compreensiva.

3 Resultados

3.1 Ser criança acolhida: as vivências na casa lar

A partir dos dados coletados durante as observações e atividades com as crianças participantes da pesquisa, chegamos a algumas unidades de significado que, do nosso ponto de vista, expressam aspectos da experiência da criança em processo de acolhimento institucional. Visualizamos três unidades de significado, as quais denominamos: Motivos do acolhimento, A família e O lar e a casa lar.

3.2. Motivos do acolhimento

As crianças, em certos momentos, principalmente no atendimento psicológico, verbalizaram, o motivo pelos quais estavam acolhidas. Nem sempre esses motivos coincidiam com o que colhemos nos relatórios, o que nos indica que às crianças não eram bem explicadas as razões pelas quais foram acolhidas e/ou elas não apreendiam de todo a informação. No entanto, elas percebem que estavam de alguma forma em risco, principalmente as meninas deste estudo que estiveram expostas à violência.

Para Fernando, o motivo que o levou para a casa lar foi seu mau comportamento, especificamente sua desobediência às regras do contexto familiar e escolar. Na ocasião de seu acolhimento, havia muitas queixas escolares sobre a forma agressiva com que se comportava. Sobre seu segundo acolhimento, em relação ao qual ainda estava sendo acompanhado pela equipe da casa lar, Fernando relata que “... fui pra casa lar por que eu estava desobedecendo, ela [a mãe] me bateu de fio, mas eu desobedeci”, e se lembra de seu primeiro acolhimento ao mencionar que “... a primeira vez foi porque eu peguei o cavalo do homem, e eu estava sozinho na rua, desobedeci a mãe”. Para ele sobressaiu como motivo o seu comportamento de desobedecer a mãe.

A percepção sobre seu comportamento de desobedecer foi marcante durante todo o período da coleta de dados. Observamos ele se referir ao fato de não obedecer a mãe e as cuidadoras em vários momentos, sendo que, no acompanhamento que ainda fazemos nesse período recente do desacolhimento, ele mencionou que ainda desobedece a mãe. Perguntamos o que ele entendia por obedecer, ao que respondeu: “... é respeitar, obedecer minha mãe, e eu não gostava que ficava falando na minha cabeça”. Ele alegou que os profissionais falavam muito com ele nos seguintes termos: “... desce daí, fica quieto, não faz bagunça”. Perguntamos por que ele achava que tinha esse comportamento, e a resposta foi: “... não sei tia Lê, só sei que quero ficar com minha mãe, eu só desobedeço minha mãe, não faço mais nada do que fazia na casa lar”.

Carla, por sua vez, ao responder a pergunta se ela sabia por que estava na casa lar, nos responde: “... porque eu ficava na rua, e o Chico Bebo lá”ⁱⁱⁱ. Em outro momento ela diz: “... não posso voltar para casa porque o Chico Bebo tá lá”.

Ana respondeu à mesma pergunta dizendo que não sabe porque estava na instituição, porém, sendo solicitada a dizer o que ela achava ter acontecido para estar lá, ela diz: “... o homem que ela [a mãe] arrumou” ... “Porque ele batia nela”. Percebemos que Ana reconhece as agressões que sua mãe sofre de seu companheiro, uma vez que esta ainda mantém o relacionamento com o seu agressor; contudo, Ana não se reconhece em uma situação de risco e o porquê de estar na casa lar.

Bruno entende que foi acolhido porque disse ao conselheiro “... estava sozinho em casa e falei que não tinha comido, ainda”. Ao ser questionado se explicaram para ele por que estava sendo retirado de sua mãe, ele responde: “... que eu vou ficar em uma casa até meu pai me buscar”.

3.3. A Família

Fernando demonstrou em suas falas afetividade por sua mãe, expressando o desejo de não querer se separar dela. Ele diz que o que mais gosta nela é “... amor, carinho, bondade, ela é muito legal”. Sobre os cuidados dela para com ele, Fernando descreve que sua mãe “cuida muito, é carinhosa”. Ele não possui contato com seus familiares extensos, existindo a negação por partes deles em auxiliar financeiramente e afetivamente a sua mãe e a ele próprio.

Na maioria das vezes, Fernando se refere à mãe mais por aquilo que ela faz para ele em termos de demonstração de afeto do que pelos bens materiais que ela supre. Fato significativo

de ressaltar, pois sua genitora, antes do acompanhamento da rede, não conseguia impor limites ao filho, o que era preocupante, pois Fernando conseguia ter tudo que almejava. A mãe comprou-lhe uma bicicleta e até um cavalo e outros objetos que ela sempre se esforçava para obter e atender o que ele desejava, tendo ou não condições financeiras para isso, sendo essa situação amenizada com as orientações da equipe. Diante disto, fica notório que Fernando, após o desacolhimento, quando voltou a residir com a mãe, passou a vivenciar outras formas de carinho que não só a recompensa material.

Ana relata que, antes de vir à instituição, residia com sua genitora, “... morava com a mãe, depois ela arrumou um homem que batia nela”. Alega que o padrasto não a machucava, só quando ela defendia a mãe. Quando perguntamos sobre seu pai, Ana respondeu: “... meu pai é mais bravo, mora em outra cidade, não mora junto com a mamãe”. Em relação à figura materna, Ana disse que sua mãe “... é legal, eu gosto do cabelo dela”, e que não são parecidas: “... ela tem o cabelo preto, é diferente do meu, o meu é mais cacheado do que o dela”, e alegou que se parece com seu pai.

Relatou que morou pouco tempo com sua mãe e seu pai juntos e que, após a separação deles, passou a morar com a mãe e os irmãos. De acordo com ela, um irmão atualmente reside com uma família que ela não conhece, tem uma irmã que reside sozinha em outro município e conheceu um irmão que também se encontra acolhido na mesma instituição que ela. Ana relata que sua mãe passou a namorar, porém seu namorado só ia à noite na casa, tendo ela que ficar algumas vezes no lado de fora da residência. Sobre o namorado atual de sua mãe, forma como ela o denomina, Ana alega que não pode ficar morando com sua mãe enquanto ele estiver lá “... porque ele bebe”. Aparentemente, Ana percebe a alteração no comportamento dele, quando ele se encontra sob o efeito de bebida alcoólica, motivo que também gera as agressões. Ana afirma que as agressões são dirigidas apenas à sua mãe, “... ele não briga comigo, ele brigou só com minha mãe, aí tem vez que ele dá dinheiro pra minha mãe e ela compra as coisas”.

Em relação aos irmãos, Ana não tinha noção da existência de um deles, vindo a conhecê-lo na instituição, fato que foi trabalhado pela equipe, proporcionando o fortalecimento de vínculos entre eles. Algo que entendemos ser relevante foi sua curiosidade ao perguntar-nos: “Você é mãe?” Diante da negação observou: “... você parece ser mãe”. Percebemos que esse seu interesse pela vida da pesquisadora foi uma tentativa de Ana se vincular e compreender nosso interesse em estudar sua história de vida naquele local.

Ao iniciar um desenho da família, Bruno alegou não saber desenhar e perguntou: “Posso fazer de pauzinho?” Da forma que você quiser, lhe dissemos. Ao se sentir autorizado Bruno começa a desenhar e verbaliza: “Essa primeira pessoa vai ser minha mãe”, e continuou

desenhando: “... meu pai, minha vó”. Questionado se havia mais pessoas em sua família, ele afirma que tem muito mais.

No momento da coleta de dados Bruno estava vivenciando a chegada de seu pai que viria buscá-lo para morar com ele e sua família (esposa e enteada). De acordo com informações obtidas nos relatórios do Conselho Tutelar, ambos têm pouco contato. Ao elaborar outro desenho, ele iniciou verbalizando “... eu sou esse e meu pai é esse”. O que vocês estão fazendo? perguntamos. “Nada”. E o que vocês gostariam de fazer? continuamos. “Jogar vídeo game”, e acrescenta: “... tia, eu vou ter o mesmo cabelo do meu pai”. Bruno, ao desenhar-se com o pai, os fez de forma muito semelhante, e ao sugerir outras brincadeiras para eles fazerem juntos, ele disse: “... então eu vou desenhar uma bola, a gente tem que fazer outras coisas aqui na casa, só tem um controle [de vídeo game]”. Deste desenho, o que pode ser ressaltado é que a bola está no pé do pai, do lado oposto de onde se desenhou. Foi-lhe sugerido que também se desenhasse com a mãe. Ele começou, alegou estar cansado e, ao terminar, fala: “... não estamos fazendo nada, ah, estamos jogando bola também”, porém não desenhou a bola, como havia feito no desenho anterior. Neste desenho, Bruno se desenhou direcionado para um lado e desenhou sua mãe em direção contrária.

Em relação a Carla, num dos atendimentos, quando estávamos abordando a família de origem, perguntamos-lhe como era sua vida no período em que estava com sua mãe. Ela fica reticente e fala do pai, diz que ele está morando em Minas Gerais: “... meu pai está preso” e prossegue relatando sobre outras figuras que compõem sua família extensa: “... meu outro vô morreu”, referindo-se a seu avô materno. Ela faz uma relação de seus familiares dizendo que tem “*tia, vó, duas, a vó Cecília e a vó Joana*”. Nota-se que ela menciona a avó materna, Cecília, a tia e avó paternas, que moram em Minas Gerais.

Como Carla não mencionou sua mãe, para tentar obter mais informações sobre sua percepção da mãe, perguntamos o que elas faziam quando moravam juntas. Ela prontamente respondeu: “... comia”. E o que mais? perguntamos: “... mais nada”. E com os irmãos, o que vocês faziam? prosseguimos perguntando, ao que Carla responde: “... batia nele, mordida, ele mordida eu e eu dei um tapa na boca dele, aí saiu sangue”, relatando tal situação ocorrida com seu irmão Miguel de dois anos de idade. Como você se sente quando sua mãe, sua avó e seus irmãos vêm te visitar? continuamos a conversa. Carla diz que se sente “feliz”. E, continuamos: como você acha que sua mãe se sente? Carla gesticula os ombros sinalizando não saber.

É importante ressaltar que, ao se iniciar o trabalho de fortalecimento de vínculos com sua família extensa, que reside em Minas Gerias, Carla passa a conhecer os parentes da família paterna, como os primos, avó e tia. E é fato perceptível que ela começa a incluí-los em suas

falas e desenhos, assim como no dia a dia da instituição. Essa aproximação, feita por telefone, com envio de áudios e chamada de vídeo pelo aplicativo Whatsapp, assim como postagem de fotos, gerou a possibilidade de Carla sair da instituição e, por consequência, conhecer seu pai, que se encontra em privação de liberdade no estado de seus familiares.

Devido a sua audiência estar marcada para dia muito próximo, Carla menciona a possibilidade de seu desacolhimento e ida para sua família extensa, em Minas Gerais: “... eu quero ir com minha mãe, porque eu ontem liguei pra minha mãe e minha vó estava chorando, e falou pra eu não ir embora não”. Quando perguntado sobre o que a avó falou, ela disse: “Vai pra lá não, fia, vai ficar muito longe, difícil de ver você”. Explicamos-lhe como ficaria a relação com sua família de origem caso ela fosse para Minas Gerais, ou seja, Carla passaria a ter contato com sua genitora apenas por telefone, com a supervisão de um adulto, e postagem de fotos. Carla, então solicitou que fosse dito para a juíza permitir que ela fosse para a casa de seus familiares extensos, pois “... na vó Joana o Chico Bebo não vai entrar”.

Carla se percebe ora numa família, ora noutra, ora em nenhuma delas, e ela manifesta o desejo de que sua mãe pudesse se mudar para Minas com ela. Isso aparece numa atividade em que lhe foi pedido para desenhar sua família. Ela inicia o desenho verbalizando: “... uma grama, agora eu vou fazer minha mãe”. Depois, desenha outras figuras e ao lhe ser perguntado quem são, ela faz outra pergunta: “Adivinha?” E resolve dizer: “... é minha vó Cecília, esse é Bruno e esse você sabe, tia Lê, é o Miguel.” Perguntamos se aquelas pessoas são sua família, ao que ela responde que sim. Perguntamos onde elas moram e ela responde: “lá em Minas”. Perguntamos novamente: “Eles moram onde?”, e ela diz: “... não, tia Lê, eles moram aqui pertinho.”

Solicitamos-lhe, então, que desenhasse a família de Minas. Carla começou o desenho verbalizando: “... a grama, vou desenhar minha tia, não sei desenhar meu pai, vó Joana”. No desenho das duas famílias Carla não se desenhou em nenhuma; fizemos esta observação a ela e lhe indagamos onde ela estava. Carla disse: “aqui”, apontando para fora da sala de atendimento, demonstrando estar se referindo à casa lar, talvez respondendo literalmente sobre onde ela estava. Aqui? provocamos, ao que ela responde: “... aqui não, é lá Minas”. A sua família é de Minas? Carla balançou a cabeça afirmativamente e nos pergunta: “O que você acha?”. Parece-nos que diante de seu futuro ainda incerto, dependendo da audiência que virá muito em breve, ela nos requisita uma resposta que alivie sua angústia. Ressaltamos que, em atendimentos anteriores, ela havia comentado querer ir para Minas Gerais morar com sua família paterna; ela balança a cabeça afirmativamente. Perguntamos se ela gostaria de ir morar com os familiares de Minas, ao que ela permanece em silêncio e depois gesticula os ombros.

Perguntamos: o que você gostaria que acontecesse? Ela responde: “minha mãe ir junto”. Devolvemos a afirmativa em forma de pergunta: sua mãe ir junto para Minas? Carla balança a cabeça como que sim. E se isso não for possível? indagamos. Carla fica em silêncio.

Em relação a esta unidade de significado observamos que Fernando tem um bom vínculo com sua mãe, demonstrando gostar de estar em sua companhia, referindo-se a ela como carinhosa. Nas outras crianças observamos que a ambiguidade entre o gostar e o não gostar da mãe apareceu de forma importante, principalmente em Carla. As crianças, com exceção de Fernando, vivenciam o desejo de estar com a mãe, de voltarem para suas famílias, mas entendem que, de alguma forma, correm risco físico e psicológico sob a responsabilidade delas, seja por causa delas mesmas ou de seus parceiros. Carla e Ana percebem claramente esta situação e diante da possibilidade de ser colocada na sua família extensa, Carla sofre, pois ao mesmo tempo que quer retornar ao convívio de sua família, também deseja o acolhimento na família extensa para se sentir protegida. E no caso dessas meninas, o acolhimento já é de longa data, chegando quase ao máximo de dois anos referidos pelo ECA.

Nesta pesquisa, podemos observar o longo período em que as crianças se encontram institucionalizadas e quão angustiante é para elas vivenciar o agora na casa lar, a falta de pertencimento, a incerteza do futuro, o contato restrito com os familiares. Elas vivem rupturas que são elementos importantes na experiência dessas crianças, conforme observaram também Tinoco e Franco (2011).

3.4. O lar e a casa lar

Numa atividade que estávamos desenvolvendo com Fernando perguntamos o que é a casa lar para ele. Prontamente, ele diz: “é ruim”. Diante de tal resposta lhe indagamos o que a casa lar tinha de ruim, e ele responde: “... porque eu não podia ver minha mãe, só dia de domingo.” Continuamos a falar sobre o que ele não gostava na casa lar e ele volta a dizer “... eu não gostava porque lá era muito ruim”. Assinalamos que ele tinha nos dito que da sua mãe ele recebe carinho, amor. Perguntamos se ele recebia carinho na casa lar, ao que ele afirmou: “lá eu não tinha nada”.

Indagamos se as pessoas da casa lar cuidavam dele, e ele afirmou: “... cuidava tia Lê”. Te davam carinho? insistimos. “Dava”. E o carinho era parecido com o que a sua mãe te dava? “Não, da mamãe é mais carinho”. Nesse assunto, perguntamos sobre qual demonstração de

carinho ele mais gosta, ao que respondeu: “cafuné”. Quem faz cafuné em você na casa “... a tia Lê”. É igual ao que a mamãe faz? “... não, mas é bom”.

Para melhor compreensão de sua percepção da casa lar, lhe pedimos que a desenhasse. Diante de tal solicitação Fernando verbalizou: “ai, que difícil”, e observamos que iniciou certa agitação na cadeira, balançando a cabeça em sinal de hesitação e permaneceu olhando para o papel em silêncio. Durante a execução do desenho, balbuciava “aqui”, “esse é aqui”, nos dando a impressão de que estava recordando como era a instituição, principalmente os detalhes. Dizia: “... vou fazer ela pequena e com os muros bem altos, tia Lê”. Ao terminar, passou a nos explicar o que era cada elemento do desenho: “Aqui é a cerca elétrica, pra ninguém escapar, a casa lar é bem fechada! Ainda tem a cerca?” Dissemos que ainda existia a cerca elétrica na instituição e ele, por sua vez, quis saber se ela estava funcionando, se já havia sido arrumada. Vale ressaltar que, recentemente, em seu último processo de acolhimento, Fernando presenciou a cerca elétrica com defeito, devido a um outro acolhido ter jogado uma bola em direção à cerca, danificando-a. Ao ser recordado de tal fato, Fernando alegou que faziam isso para facilitar o acesso de fuga deles. Na ocasião existiam alguns adolescentes acolhidos que fugiram da instituição, sendo localizados em seguida e entregues novamente à instituição. Fernando verbaliza: “Pra fugir, eu não consegui”, fala que causou-nos espanto, pois durante seu acolhimento nunca havia sido observado seu desejo ou intenção de fuga. Dissemos isso a ele, ao que respondeu: “... eu não cheguei a tentar”.

Explicamos a Fernando sobre o objetivo da casa lar, principalmente seu objetivo de ser um ambiente protetivo àqueles que precisam, e indagamos se diante disto havia a necessidade de fugir. Ele, então, alegou: “Não, mas o Marcos fugiu, só não fui porque eu não queria voltar pra cá ou ir embora pra outra cidade igual o Lucas”. Fernando, ao se referir ao que aconteceu a Lucas, nos faz pensar como as crianças precisam que lhes sejam dadas informações sobre seu processo de acolhimento e as decisões que os envolvem, seja em relação à casa lar, seja em relação aos outros acolhidos. Dizemos isso, porque Lucas não foi transferido por ter tentado fugir, e sim, por sua família de origem e família extensa serem de outro município, o que justificou sua transferência, ou seja, sua mudança foi por uma questão de território e não punição comportamental. Diante da incompreensão dos motivos que levaram Lucas a ser transferido para outra instituição, demos uma breve explicação e Fernando fez uma associação com sua situação familiar, pois reconheceu que sua família extensa reside em outro município e que ele também poderia ser transferido, seja para sua família diretamente ou para outra instituição naquela cidade. Feita essa observação, Fernando alegou que iria se comportar para permanecer junto a sua mãe: “... não quero me separar dela não, aquele povo não presta, minha

mãe não gosta deles”. A família extensa de Fernando, durante o período de seu acolhimento, não aceitou se responsabilizar por ele, para que pudesse ser desacolhido, o que gerou revolta em sua mãe. Todavia, esses vínculos familiares já eram conflituosos antes mesmo do processo, sendo acentuado pela situação de Fernando, que, por sua vez, reproduz o discurso da mãe em relação aos familiares.

A percepção de Fernando em relação à casa lar é que esta se assemelha a uma prisão. Ambiente pequeno, com muros altos, cerca elétrica que impede possíveis tentativas de fuga. Existe o desejo de fuga do lugar sentido como inóspito, mas a compreensão de que, após a fuga, será procurado e terá que voltar para o mesmo lugar ou de que poderá ser transferido para longe de sua mãe o amedronta. Isso pode estar relacionado ao sentimento que a casa em si provoca, concomitantemente às falas dos adultos do convívio da criança sobre a instituição. O que é certo é que Fernando, em seu processo de acolhimento, teve essa percepção da casa lar e viveu nela com esses sentimentos, isto é, possivelmente se sentiu um prisioneiro, alguém perigoso que não poderia sair daquele lugar, o que possivelmente corroborava seu comportamento agressivo para com as pessoas da instituição.

Quando terminamos de conversar sobre o desenho da casa lar lhe perguntamos se não gostaria de desenhar sua casa, e Fernando prontamente começou a tracejar. O desenho foi feito com régua para traçar as paredes e o telhado, fez porta e muitas janelas, e o elaborou de uma forma bem colorida, diferentemente do desenho da casa lar, no qual só usou o lápis preto. Escreveu seu nome na folha e mencionou que *“esta casa é mais legal que a outra, tia Lê”*, referindo-se ao fato de ter se mudado com a mãe para novo endereço e demonstrando empolgação em relação a isso.

Fernando desenhou duas casas com atmosferas totalmente diferentes. A casa pequena com muros altos deu espaço para uma casa sem muros e com várias janelas, elemento não desenhado na casa lar. Os desenhos mostram disposições de humor diferentes: enquanto na casa lar a percepção é de aprisionamento, na sua casa a percepção é de alegria, liberdade e afetividade.

Em momento posterior, foi solicitado que Fernando se desenhasse na casa lar, mas ele se negou a realizar tal desenho e disse: “... não quero voltar pra lá, vou desenhar a Carla^{iv} na casa dela e na casa lar”. Elaborou, então, um desenho parecido com o feito anteriormente, com as características de prisão, seguido do desenho da figura de Carla. Depois, em outra folha, desenhou uma casa que alegou ser a casa de Carla. No desenho, Carla está entre as duas casas, aparentemente está mais propensa à casa dela, e diante disso lhe perguntamos onde Carla estava, ao que ele responde: “nas duas casa, tia Lê”. Indagado de que como isso pode ser possível,

Fernando diz que não sabe. Perguntamos qual seria o real lugar de Carla e ele afirma: “na casa lar”. Fernando verbaliza tal resposta e ri, justificando que Carla precisa estar na casa lar “... porque ela é bagunceira”. Explicamos-lhe que lá não é um local de castigo e Fernando diz: “... é sim, por que você me pegou?” Esclarecemos que, segundo informações contidas nos relatórios de seu processo, ele havia sido acolhido por ter sofrido uma violência de sua mãe, precisando assim de proteção. A criança, por sua vez, indagou-nos: “... e da primeira vez, foi por que então? Minha mãe não tinha me batido”. Essas indagações demonstram a incompreensão dos motivos que o levaram a ser acolhido, não visualizando seu afastamento como algo protetivo, conseqüentemente não percebendo a casa lar como um local de proteção. Ao ser novamente esclarecido sobre o objetivo protetivo, Fernando verbalizou: “... imagina tia Lê, me deixar preso lá?”

Ao retomarmos o desenho, Fernando reconhece que a família de Carla não está na casa lar e que, por isso, ela teria que ir para casa dela, “... lá tem um monte de lixo, mas a família dela tá lá, né”. Perguntamos se a casa lar não pode ser considerada a casa dela também, e ele diz “... não sei, pode ser a casa dela também”. Direccionamos a mesma indagação para o seu caso, ao que ele responde: “... sim, foi minha casa também.” E mesmo assim você não gostava de lá? perguntamos: “... não gostava de lá não, menino, lá era o cão”. Por fim, relatou: “... as outras crianças batiam em mim, eu batia também, lá não era legal.”

Observamos que a possibilidade de voltar para casa lar o assombra. Durante o seu acompanhamento em seu processo de desacolhimento, presenciamos que todas as vezes que Fernando desobedece sua mãe, esta o ameaça dizendo que, ao agir assim, ele vai voltar para casa lar. Ela se utiliza disso como forma de puni-lo por tal comportamento, e ele então passa a se comportar de maneira obediente. Percebe-se então que a mãe também tem uma percepção da casa lar como algo punitivo e se aproveita do medo do filho para exercer controle sobre ele.

Atualmente, na convivência com sua mãe, o que o deixa nervoso, segundo ele comentou, é o fato de sua mãe ficar gritando com ele. Entretanto, ele justifica que é nervoso, teimoso e bagunceiro. Disse também que “... brinco com a mamãe, tem dia que eu obedeço e tem dia que eu fico com ela em casa.”

Assim como Fernando, Carla também manifestou que não gosta da casa lar. Perguntamos a ela: você gosta de ficar aqui na casa lar? “Não”, disse balançando a cabeça. Sendo solicitada que dissesse por que a casa lar era ruim, ela responde: “... porque aqui não...” e interrompe a fala e logo prossegue: “aqui é gostoso, mas...”. Carla interrompe a fala novamente, voltando a responder mediante a pergunta: o que não é gostoso? “Aqui é gostoso, eu tava só brincando”. O que você acha aqui da casa? voltamos a perguntar e ela responde

prontamente: “Eu quero ir embora, tia Lê, na casa da minha mãe, mas o Chico Bebo tá lá, ele é pai do Miguel, meu pai não é Chico Bebo, não.”

Observamos que Carla reconhece o sentimento de que a casa lar é ruim e vivencia o conflito de querer ir morar com sua mãe ou com sua família extensa, como será visto mais adiante. Naquele momento, Carla já compreendia que o motivo de não voltar para a sua mãe era a presença de seu suposto agressor em casa, uma vez que sua mãe não rompeu o vínculo com ele. O fato de sua genitora ainda permanecer com seu agressor não causa, aparentemente, em Carla sentimentos negativos em relação a ela, entende isso como impedimento de retornar à convivência materna. Vale ressaltar que a presença dele causa em Carla grande aflição e ela demonstra isso quando o vê passando em frente à instituição, o que acontece com frequência.

Em um dos atendimentos, enquanto Carla fazia um desenho da Pepa (personagem de desenho animado) e conversávamos sobre o que a Pepa tinha de bonito, ela menciona que seu joelho estava doendo. Perguntamos o motivo e ela alegou que foi devido a uma queda de bicicleta, quando foi visitar sua mãe. Todavia, fazia tempo que Carla não ia visitar a mãe na sua residência, então observamos: faz tempo que você caiu, por que seu joelho está doendo só agora? Carla responde: “dói, depois sara, aí volta, depois sara, volta”. Perguntamos quando o joelho ia sarar de vez, ela diz: “dia 24, filha, você sabe, minha audiência. Sua audiência ia ser no dia 24 mesmo. Com esse episódio notamos o quanto Carla estava ansiosa em relação à audiência e ao que seria decidido sobre seu futuro. A referência à dor no joelho falava da dor de não saber o que lhe aconteceria. E essa ansiedade permaneceu até nosso próximo encontro.

Ao ser solicitada que descrevesse a casa lar, Carla se atém aos objetos, dizendo que lá tem “... cama, roupa, macarrão, comida, roupa, macarrão, copo”. Muda bruscamente de assunto ao interromper a descrição que estava fazendo e pergunta-nos sobre o que a juíza havia dito sobre sua situação, se referindo a sua audiência que havia sido realizada naquela semana. Devolvemos-lhe a pergunta: o que você acha que a juíza falou? “Se eu vou pra Minas, ou vou pra casa da minha mãe, será?” O que você quer que a juíza fale? ao que ela responde: “Carla vai ficar em Minas e eu vou, eu odeio essa casa” ... “Vou pra casa da minha vó Joana, o Chico Bebo não vai na casa dela”.

Carla sofre a ambiguidade de querer voltar a morar com a mãe, mas também de querer ir para Minas Gerais, morar com seus familiares paternos, por entender que lá seu agressor não terá acesso. Sendo assim, visualiza a casa de seus familiares como local seguro. Em relação à casa da mãe, tal realidade é oposta, sendo que o ambiente não lhe transmite segurança, tanto pela presença do agressor quanto pelas agressões sofridas pela criança no período em que ficou lá, uma vez que recebeu socos em seu rosto proferidos por sua mãe e puxões de cabelo de sua

avó. A casa lar, por sua vez, Carla reconhece que é um local seguro, mas que às vezes tal segurança é ameaçada, pois seu agressor passa em frente a instituição, fato que a deixa assustada.

Numa ocasião em que estávamos conversando enquanto ela fazia um desenho, perguntamos como ela estava e ela disse que estava bem: “... tô bem, tô tomando remédio”. Perguntamos: o que o remédio faz com você? e ela responde: “... deixa eu calma”. Perguntamos se ela acreditava que estava mais calma, ela responde que não “... eu quebrei a TV, tia Lê, tio Paulo ficou Bravo”. E ao questioná-la de onde vem sua vontade de quebrar as coisas, ela permaneceu um longo período em silêncio continuando a desenhar. Rompeu o silêncio ao dizer: “... você sabe, Chico Bebo”, e me perguntou se poderia contar para sua mãe que ela gostaria de ir morar com sua família de Minas Gerais. Dissemos que sim e lhe recordamos que sua mãe viria visitá-la naquele dia e que ela poderia contar-lhe. Ao tentarmos conversar um pouco mais sobre seu desejo de ir para Minas e a reação que ela achava que sua mãe teria, Carla pediu para brincar fora da sala de atendimento. Observamos que Carla sofre ao imaginar o que sua mãe poderá sentir ao saber do seu desejo de ir morar com os familiares, em Minas, para se livrar de seu agressor.

Em outro encontro, Carla fez um desenho da casa lar a nosso pedido, desenhando-a tomando toda a folha de papel, o que serviu para introduzir uma conversa. Ela é grande assim? perguntamos. “É”, respondeu ela. E o que é isso aqui? perguntamos mostrando um elemento do desenho. Carla diz: “zóio”. A casa lar tem “zóio”? Carla riu. Perguntamos: a casa lar tem “zóio”? e ela diz: “... não, é lá minha casa, minha casa tem “zóio”. Neste momento Carla novamente saiu do assunto casa lar e voltou a se referir à residência de sua família de origem. Sua casa tem olho, como é o olho da sua casa? “O teto, tia Lê, o teto”. Ah, o teto tem zóio? repetimos, e ela mostra: “Essa é a janela, esse é nariz e essa é uma boca”. Então a casa tem nariz, boca e olhos? Carla balança a cabeça como que sim, verbalizando: “... tem, é teto, aqui é teto, tudo é teto”. E o que a casa tem mais? perguntamos para explorar. Ela responde: “comida”. E o que mais? lhe foi perguntado: “... tem comida, só”. Pedimos para ela pensar mais sobre o que tinha em sua casa e Carla diz: “... sofá, cama, fogão”, continuando a descrever os objetos existente na sua casa. Diante do fato de não se referir às pessoas residentes naquele local, Carla foi questionada quem morava na casa, e ela primeiramente pergunta: “Você sabe?” Alegamos não saber ao certo quem estava residindo na casa e, então, ela passou a dizer os nomes: “Chico, o Chico, minha mãe, minha vó, meus irmãos, João.

Ao utilizar características humanas no desenho da casa, Carla nos fez lembrar e associar que, antes do seu acolhimento, ela brincava muito na rua de sua casa e andava de bicicleta pela

cidade, fato limitado pela institucionalização. Parece que estar na casa lar lhe cause a sensação de estar sendo vigiada e, na casa de sua família de origem, há o olhar do agressor.

Numa atividade de desenho livre, Carla pegou o seu desenho da casa lar, começou a desenhar comida e pediu para que adivinhássemos o que era, e assim seguiu, sendo as comidas desenhadas na seguinte ordem: “carne, arroz, feijão, carne”. Ao realizar os desenhos dentro da casa que havia elaborado como sendo a casa lar, questionamos o que mais essa casa teria, e ela prosseguiu: “... café, copo, esse daqui é o copo e esse é o café”, encerrando o desenho alegando que não havia mais nada. Quando perguntamos quem morava na casa lar, ela passou a dizer os nomes dos outros acolhidos, inclusive o nome de um adolescente, Marcelo, que havia sido desacolhido recentemente, e conversamos sobre para onde ele tinha ido. Carla verbalizou seu desejo de ir também. Curiosamente, ela não mencionou os cuidadores como moradores da casa, o que demonstra que essas figuras são vistas como funcionárias e não cuidadores residentes.

Procuramos explorar um pouco a relação de Carla com as cuidadoras. Perguntamos se elas cuidavam dela e ela respondeu: “sim tia Lê”. E elas são legais? perguntamos: “É”. Você gosta delas? “Não”, vindo a rir de sua resposta. Elas cuidam direitinho de você? “Não”. O que elas fazem que não cuidam de você? “Elas bate”, e mais uma vez riu, e disse: “é mentira, tia Lê.” O riso de Carla demonstrou que ela poderia estar brincando com a situação e, por isso, lhe foi pontuado que vimos que as cuidadoras a abraçavam, e Carla respondeu: “... e, beijam, brincam e ajudam na escola.” E mesmo assim você não quer ficar na casa lar? “Não”.

Ana, apesar de não querer permanecer na casa lar, nos falou que gosta de estar lá, diz que a casa “é legal”, que brinca e assiste à TV. Perguntamos se ela sabe o que é uma casa lar e ela disse que não. Então, demos-lhe uma breve explicação e perguntamos se fazia sentido para ela, e ela disse que “sim”, porém alegou: “... quero estar com minha mãe”. Durante as visitas de sua mãe, Ana alega que brincam e é divertido o período que estão juntas, vindo a ficar triste quando ela vai embora, “eu e minha mãe brincamos de pega-pega”.

Sobre seu irmão estar na mesma instituição, Ana alega não saber para onde ele vai, quando indagada sobre o que acontece com pessoas acolhidas. Ana disse que o irmão ficaria até os 18 anos na casa, semelhantemente a outra acolhida que naquela semana completaria a maioridade e, por isso, será desacolhida. Sobre ela sair somente aos 18 anos, diz que não sabe e afirma não perguntar para ninguém sobre isso, nem para os adultos da casa, alegando não querer saber.

Percebemos que Ana tem conhecimento da existência de famílias que adotam crianças, uma vez que tal fato já ocorreu com alguns de seus irmãos. Isso causa nela uma preocupação, pois pensa na possibilidade de esse fato ocorrer com ela. Tal preocupação é evidente quando

ela diz que prefere permanecer na instituição ante a impossibilidade de retornar para sua mãe ou pai.

Ao preferir a instituição ao invés de ser adotada por outra família, remete ao fato de ela ter boa relação com os acolhidos. Ela alega brincar com todos na instituição, tem boa afinidade com a equipe técnica, principalmente a assistente social e as cuidadoras. Ela afirma: “... sou bem cuidada aqui, vou para escola, só é ruim porque meu pai não vem muito, e minha mãe não pode vir sempre”.

Algo que Ana alega não gostar é quando algum acolhido do sexo masculino tenta permanecer no quarto das meninas. Todavia, ela usa estratégias para evitar que isso aconteça, como manter a porta do quarto fechada e avisar as cuidadoras quando algum menino insiste em entrar. Outro fato que a incomoda na casa são as brigas entre ela e seu irmão, ou quando este não quer manter contato com ela.

Em relação a Bruno, pudemos observar que no dia a dia da instituição, ele passa a maior parte do tempo jogando vídeo game. Demonstra dificuldade ou desinteresse de vinculação com as pessoas envolvidas naquele local, vindo a direcionar sua atenção para as pessoas apenas quando lhe é solicitada, e com insistência. Isso fez com que seu tempo para jogar fosse limitado, o que acabou gerando certa revolta nele, principalmente em relação às cuidadoras. Todavia, ao ser questionado sobre elas, Bruno disse que elas “são legais”. Durante seu breve período de acolhimento, Bruno teve muitos conflitos com outra criança acolhida na instituição, sendo esta de menor idade e tamanho do que Bruno. Segundo as cuidadoras, essas agressões foram justificadas por Bruno com argumentos vagos.

Durante uma atividade em que lhe pedimos para desenhar a casa, introduzimos o assunto de as pessoas conviverem bem, ao que ele alegou que em sua casa havia brigas: “... meu padrasto briga com a minha mãe, quando ela me defende”. Observa-se que Bruno, ao manter conflitos na casa lar, principalmente com a criança mencionada, reproduz a violência vivenciada em sua casa, principalmente a de gênero, em que um homem agredia a mulher em um ambiente doméstico, uma vez que o Bruno mantinha as discussões com uma criança do sexo feminino.

O período que ficou na casa lar foi curto, de seis dias. Como já mencionado, o colocaram na instituição já se prevendo seu desacolhimento, somente aguardando o tempo necessário para seu pai organizar sua vinda ao município para buscar o filho.

Em síntese, pela aproximação que fizemos das vivências das crianças participantes da pesquisa trazidas nas unidades de significado apresentadas, vislumbramos que ser-criança-acolhida é não saber muito bem porque foi retirada de sua família, é não apreciar morar na casa

lar, mesmo que a instituição possa lhe parecer mais segura que sua própria casa, é viver na ambiguidade entre querer retornar ao lar e, principalmente, à mãe, e ao mesmo tempo temer esse retorno, é viver na incerteza de ter uma família que possa dar-lhe acolhimento e é viver um presente obscuro e um futuro incerto.

4 Considerações finais

A pesquisa assumiu o objetivo de compreender a vivência de crianças acolhidas em instituições na modalidade casa lar em função de medidas protetivas. Relembramos alguns questionamentos que nos serviram de norte para o empreendimento do estudo: como é viver na condição de criança acolhida? Que percepção tem a própria criança de sua condição? Como ela percebe a instituição e os adultos que cuidam dela? Como ela se percebe em relação à família da qual foi retirada? Como ela percebe sua situação de vulnerabilidade presumida? Frente a tais questionamentos, elaboramos e desenvolvemos o estudo, que procurou uma compreensão fenomenológica acerca do ser criança em uma instituição de acolhimento.

Por meio da revisão bibliográfica realizada sobre o assunto, vimos que a maioria das crianças e adolescentes em processo de acolhimento estão em situação de vulnerabilidade financeira, e, concomitantemente, suas famílias são vistas como sem condições de oferecer um contexto para um bom desenvolvimento, são vistos como crianças problemas, pois, não raro, aderem a comportamentos agressivos e antissociais, tal qual as crianças participantes de nosso estudo se perceberam.

Viver na condição de criança acolhida é ser inserido, de um instante para outro, em uma nova conjuntura, sendo condicionada a viver com outras crianças e adolescentes sob os cuidados de adultos, todos até então desconhecidos. Ao relatar suas vivências na casa lar, as crianças demonstraram não saber muito bem o motivo pelo qual foram abrigadas. Sentem que seus comportamentos é que foram os motivadores da institucionalização e, mesmo que vislumbrem que outras pessoas colocaram sua integridade em risco, não entendem muito bem a necessidade de ter sido retirada de sua família, havendo o anseio de retornar a ela. Contudo, percebem sua situação de vulnerabilidade principalmente em relação à violência doméstica.

O anseio pelo retorno e retomada da convivência familiar sobressaiu, porém com a possibilidade de ressalvas, considerando que, algumas vezes, no decorrer do acolhimento, a criança percebe que há fatores que afetam a reintegração familiar e demandam maior tempo de permanência na instituição, ou mesmo a possibilidade de sua ida para sua família extensa, ou

mesmo para adoção. Concomitantemente, entendem a casa lar como punitiva, não enxergando o seu papel protetivo e reduzindo o espaço e o cuidado lá dispensado a uma simples fonte supridora de necessidades básicas.

A casa lar é vista como parte integrante do mundo de adultos e não de seu mundo infantil, pois é regida por normas que restringem o seu brincar, seu livre desejo de ir e vir. Por outro lado, as relações ali instituídas são consideradas positivas, embora não condizentes ao caráter afetivo familiar de um lar como almeja o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assinalamos que é importante levar em consideração aspectos de fundo social e cultural que atravessam de forma significativa a experiência da criança acolhida e de suas famílias. Entre esses elementos está a situação de classe social, sendo a maioria das crianças acolhidas pobres, o que as fazem viver de antemão em condições de fragilidade material e vulnerabilidade social. Outros aspectos que também apareceram como significativos não dizem respeito necessariamente às camadas mais pobres da população, mas que as fragilizam mais, como é a forma com que a sociedade vê a mulher e sua função protetora dos filhos, a violência doméstica e infantil, bem como a medicalização.

Trouxemos certa visibilidade para estas crianças e um momento de escuta, já que muitas vezes são silenciadas em seu processo de acolhimento. Sendo assim, sugerimos que lhes sejam esclarecidos desde o início do acolhimento os motivos que as levaram àquele local, como de dá sua participação em audiências concentradas, visto que o ECA coloca esta criança como sujeito de direito, podendo então influenciar nas decisões que envolvam sua vida e a de sua família, vivenciando o sentimento de pertencimento, ou seja, fazer parte de sua história, da sua singularidade.

Diante das vivências das crianças e dos aspectos sociais e culturais levantados no estudo, compreendemos que ser-criança-acolhida é constituir-se na situação de pobreza, de violência, de negligência, de abandono, de ambiguidades e de incertezas. Também é constituir-se percebendo e criando disponibilidade para amorosidades, por menos que o cuidado solícito apareça em sua curta existência.

Esperamos ter contribuído com subsídios para os profissionais envolvidos com a rede de proteção à criança, como os que atuam nos Centros de Referência em Assistência Social, nos Centro de Referência Especializada em Assistência Social e no Ministério Público.

Entendemos que o trabalho articulado, integrado às áreas de saúde, educação, direitos humanos, assistência social e segurança, entre outros, parece ser o mais eficaz no planejamento de ações que objetivam garantir a melhoria no quadro e a criação de subsídios para que as famílias se tornem capazes de cuidar de suas crianças.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. São Paulo: Livro Pleno, 2005.

ASSIS, S. G. & FARIAS, L. O. P. **Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2005.

BRASÍLIA. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da criança e do adolescente). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 02 de janeiro de 2018.

BRASÍLIA. **Lei n. 8.242**, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2018.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf.2012. Acesso em: 02 de janeiro de 2018.

BRSÍLIA. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência especializado em Assistência Social – CREAS. Brasil. Ministério do desenvolvimento Social, 2011.

FEITOSA, A. G. S. **A infância abrigada: impressões das crianças na casa abrigo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2011.

FORGHIERI, Y. C. **Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

FREITAS, L. J. A criança sob o olhar fenomenológico: o despertar do mundo-as-vida. In: FEIJOO, A. M. L. C.; FEIJOO, E. L. (Orgs.). **Ser criança uma compressão existencial da experiência infantil**. Rio de Janeiro, Edições IFEN, p. 35-52, 2015.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface** (Botucatu), vol. 1, n. 1, p. 109-122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CMZhfGQZbFHBdTjg9fFWpkd/?lang=pt>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

HECHT, B.; SILVA, R. F. P. Crianças institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. **Psicologia.com.pt**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0199.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2017.

- MARCÍLIO, M. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MASINI, E. F. S. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, I. (Org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo, 1989.
- MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Obra originalmente publicado em 1942).
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (Obra originalmente publicado em 1945).
- MERLEAU-PONTY, M. **Psicologia e pedagogia da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MONTES, D. C. **O significado da experiência de abrigo e a auto-imagem da criança em idade escolar**. 2006. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 62-66. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7133/tde-02102006-155956/pt-br.php>. Acesso em: 07 de maio de 2017.
- RIBEIRO, J. P. **Conceito de mundo e de pessoa em Gestalt-terapia: revisitando o caminho**. São Paulo: Simmus, 2011.
- RIBEIRO, M. Oliveira; CIAMPONE, M. H. T. Crianças em Situação de Rua falam sobre os abrigos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 36, 2002, p. 309-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n4/v36n4a02.pdf> Acesso em: 07 de maio de 2017.
- RIZZINE, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, E. R. A. (Org.) **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA, 2012.

ⁱ Lucia Cecilia da Silva é psicóloga, mestre em Educação, doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Université Paris-Diderot (Paris 7), na França. É docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, onde desenvolve pesquisas nas temáticas da Atenção à Saúde, Morte e Morrer, Cuidados Paliativos. Atua como psicóloga clínica no Veredas Instituto de Psicologia, Arte e Cultura, em Maringá (PR). E-mail: luciacecilia@hotmail.com

ⁱⁱ Alexandra Silva de Oliveira é psicóloga, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É docente do curso de graduação em Psicologia e Medicina do Centro Universitário Uningá. Atua como psicóloga Clínica na Polifisio em Colorado (PR). E-mail: ale_stt@hotmail.com

ⁱⁱⁱ Companheiro da mãe e possível abusador de Carla. “Bebo” é em referência a ele estar frequentemente bêbado.

^{iv} Refere-se à Carla, participante desta pesquisa, que está acolhida na mesma casa em que ele esteve.